

MATERIALISMO, IDEALISMO E AS RAÍZES ONTO-EPISTEMOLÓGICAS DA GEOGRAFIA

MATERIALISM, IDEALISM AND THE ONTO-EPISTEMOLOGICAL ROOTS OF GEOGRAPHY

MATERIALISMO, IDEALISMO E LAS RAÍZES ONTO-EPISTEMOLÓGICAS DE LA GEOGRAFÍA

Mikhael Lemos Paiva

Graduando em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FFC/UNESP/Marília.
cal_mik2@hotmail.com

Recebido para avaliação em 25/02/2017; Aceito para publicação em 17/04/2017.

RESUMO

O presente artigo tem como proposta a discussão das categorias filosóficas de *idealismo* e *materialismo* no pensamento Geográfico. Partindo do pressuposto de que o conhecimento é um *fato*, explicitamos a nossa base onto-epistemológica por meio de um diálogo entre os principais representantes de cada polo da Filosofia, de Demócrito à Hegel, expondo logo após a suprassunção à metafísica realizada pelo materialismo dialético. Pela ponte com o núcleo duro da Geografia Crítica (Lefebvre, Harvey e Quaini), transmutamos o debate filosófico para o campo geográfico ao mostrar as tão ignoradas raízes, lógica e vícios da Geografia Moderna. Retomando ao fim o duelo entre *idealismo* e *materialismo*, apresentamos nossa tese de que a *Crise* da Geografia é, na verdade, apenas o resultado de um *processo* oriundo de sua incapacidade como disciplina de *superar* o resquício limitador de seu berço: A Metafísica.

Palavras-chave: Filosofia da Geografia; Lefebvre; Materialismo Dialético; Crise da Geografia.

ABSTRACT

The present article has as proposal the discussion of the philosophical categories of *Idealism* and *Materialism* in the Geographical thought. Starting from the assumption that the knowledge is a *fact*, we explicit our onto-epistemological basis by a dialog between the main representatives of each Philosophy pole, from Democritus to Hegel, exposing after the sublation to the metaphysics done by the dialectical materialism. Using a bridge to the hard core of the Critical Geography (Lefebvre, Harvey and Quaini), we transmute the philosophical debate to the geographical field showing the often ignored roots, logic and addictions of the Modern Geography. Retaking in the end the duel between *Idealism* and *Materialism*, we present our thesis in which the *Crisis* of Geography is, in fact, just the result of a *process* originated from its incapacity as a discipline to *overcome* the limiter vestige of its birth: The Metaphysics.

Keywords: Philosophy of Geography; Lefebvre; Historical Materialism; Geography's Crisis.

RESUMEN

En este artículo se propone la discusión de las categorías filosóficas del idealismo y el materialismo en el pensamiento geográfico. En la hipótesis de que el conocimiento es un hecho, aclaramos nuestra base ontológica y epistemológica por medio de un diálogo entre los principales representantes de cada polo de la filosofía, Demócrito hasta Hegel, lo que sigue la supresión hacia la metafísica realizada por el materialismo dialéctico. Considerando los autores claves en la Geografía

Crítica (Lefebvre, Harvey e Quaini), ubicamos el debate filosófico hacia el campo geográfico para indicar las raíces, por supuesto ignoradas, la lógica y los vicios de la Moderna Geografía. Pronto la retomada en el fin del artículo entre idealismo y materialismo, enseñaremos nuestra tesis de que la crisis de la Geografía es, en verdad, solamente el resultado de un proceso oriundo de su incapacidad, cómo disciplina, en superar el vestigio limitador de su cuna: la Metafísica.

Palabras clave: Filosofía de la Geografía; Lefebvre; Materialismo Dialéctico; Crisis de la Geografía.

INTRODUÇÃO

O embate entre idealismo e materialismo é um dos mais fascinantes da Filosofia. Permeando-a desde sua origem, a dicotomia idealismo-materialismo está presente em qualquer tentativa de interpretação do Real pelo Homem, tanto no campo da ontologia, como na subsequente epistemologia. Historicamente contido, o acirramento entre Ser e Pensar seguiu intensidade proporcional ao gradativo advento da Ciência Moderna, chegando o debate em ponto de paroxismo com Hegel, Feuerbach, Marx e Engels, no iluminismo tardio da Segunda Revolução Industrial. Embora o embate seja latente até hoje, é fato que tanto a separação artificial realizada pelo positivismo entre Filosofia e Ciência – iniciada no começo do século XX- tanto o irracionalismo da hermenêutica imputativa advogado pelo pós-estruturalismo –crescente a partir de 1960-, alocaram as questões ontológicas à *aparente* escanteio. De qualquer forma, a inevitável fundamentação (seja consciente ou -mais comumente- *inconsciente*) de afirmações científicas ou filosóficas sob *um* dos dois polos da Ontologia acarreta em consequências não só *abstratas*, mas, pelo contrário, também em *objetivas*.

Desta forma, apreender os nuances de expressão deste dialético, porém dicotômico duelo histórico é compreender, em últimas consequências, não só o desenvolvimento da Geografia, como do *próprio conhecimento humano*.

Partindo do postulado fundamental da ontologia marxiana que estipula o conhecimento como um *fato* (sendo ele histórico, social e prático), utilizamos como princípios ontológicos de análise filosófica o materialismo dialético, contido tanto na *Lógica Formal*, *Lógica Dialética* como no *Materialismo e Empiriocriticismo*, de Lefebvre (1991), e Lênin (1946), respectivamente. Ao rumarmos para o campo da Geografia, tomamos a Geografia Crítica de Harvey (2000) e Quaini (1979) como terreno comum para a transposição do embate entre idealismo e materialismo.

É demonstrado ao fim como a Metafísica inerente ao materialismo vulgar e ao idealismo, através de suas falsas dicotomias entre Sujeito e Objeto, Espírito e Corpo e, especialmente, Natureza e Homem, moldou a Geografia até seu intrincado estado atual.

Como há muito o contato entre Filosofia e Geografia está comprometido (QUAINI, 1979, p. 25-26), julgamos nossa tentativa preliminar de restabelecê-lo como a relevância deste trabalho.

METAFÍSICA E IDEALISMO

Para Lefebvre (1991, p. 53), o ‘método’ metafísico consiste, sucintamente, em dividir, rasgar o que é todo e uno, criando conceitos artificialmente separados e deslocados do real. A epistemologia metafísica tem como base, assim, a divisão do Sujeito e do Objeto. Separar o Eu da Natureza é cair no erro já advertido por Spinoza, de que “não há Império dentro de um Império” (SPINOZA, 2002, p. 551), donde as consequências são graves não apenas no campo da Geografia, pelo rompimento da relação *metabólica* entre o Ser e o Natural, como em todo sistema ontológico que de tais bases deriva.

A Metafísica, em suma: sempre consiste na teoria desligada da prática; é uma doutrina individual, que desconsidera sistemas efetivos, de relação igual entre partes, aonde o metafísico é fechado em si, com sua teoria cíclica em si mesma e isolada (completa ou parcialmente) perante o real; é anti-histórica, ignorando o *tempo* e processualidade do Homem ou da Natureza; e, por fim, desacelera ou para por completo o progresso do conhecimento, já que vê *finalismo atingível* no processo do conhecer humano, pendendo: ou à supremacia do Pensamento em relação ao Natural, aonde a Verdade só alcançada pelo início e fim no Sujeito; ou ao exato contrário, indo ao *determinismo*, transformando-nos em autômatos subordinados ao fisiologismo biológico e ao meio-ambiente, este o padrão majoritário da Geografia do séc. XIX. A *naturalidade* do conhecimento, da experiência retroativa do Homem com a Natureza, é vista então para os metafísicos como um *problema*.

A metafísica torna-se presente em ambos os lados do embate mais proeminente da Filosofia: tanto no idealismo, como no materialismo. Entretanto, o pensamento metafísico, historicamente, teve exposição predominante através da dos sistemas filosóficos idealistas. Define Lefebvre (1991, p. 53) por idealismo “as doutrinas que elevam ao absoluto uma parte do saber adquirido, fazendo de tal parte uma ideia ou pensamento misteriosos que, segundo eles, existem antes da natureza e do homem real”.

Dessa forma, deriva que todo idealismo é, necessariamente, metafísico, pois sempre separa o que é uno. Entretanto, a recíproca não é verdadeira, dada a existência do materialismo metafísico -visto em detalhes mais adiante-, que profere a mesma ruptura

absoluta entre Ser e Pensar, mas com sinais invertidos, já que infere a submissão plena do Pensar ao fisiologismo naturalista.

O que explica a predominância do idealismo como corrente filosófica ao longo de praticamente dois milênios é a divisão social do trabalho (LEFEBVRE, 1991, p. 59). Esta, ocorrendo muito previamente, já na Grécia Antiga e aguçando-se desde então, fez com que o Ser Humano, que *naturalmente* constrói seu conhecimento (e a si mesmo) pela constante interação com o Natural, tivesse seu princípio epistêmico substituído pela classe dos Intelectuais (Filósofos, matemáticos, etc.)- estes um produto da divisão do trabalho. Assim, com a criação de alguns extratos sociais focados no trabalho manual e outros no intelectual, a sectarização absoluta dos que *pensam* com o *concreto que lhes rodeia* fora terreno fértil para hegemonia da corrente idealista desde tempos remotos, onde a prioridade, como esperado, colocava-se sobre o Sujeito, e *não* sobre o Objeto¹ - este último visto com desprezo, já que lidado diretamente apenas por castas socialmente inferiores. Consequentemente, o senso comum de que o Ser existiria *fora* e *independentemente* de mim - acatado pela população geral - é invertido, transformado em seu exato oposto: o Ser existe *subordinado* ao pensamento.

Logo o idealista, além de sua metafísica inata, considera o *espírito* como elemento primordial do real. Seu êxtase, vício, e fundamento argumentativo se encontra na “*inversão do processo real de conhecimento*” (LEFEBVRE, 1991, p. 58). Processual, dialético e progressivo por essência, o conhecimento é gradativo, fruto da constante interação (e elevação) do Homem em relação à Natureza. Mas, considerando o conhecimento como prévio ao mundo concreto, o idealismo inverte assim o processo epistêmico real: de gradativo, passa a fixo; de dialético, a formalizado e estratificado.

O IDEALISMO E SUAS FORMAS

"Nada existe no entendimento que não provenha dos sentidos, a não ser o próprio entendimento, *nise ipse intellectus*" (LEIBNIZ, 2010, p. 35). A máxima leibniziana representa de maneira exímia o idealismo do séc. XVII-XVIII. Grande influente de Kant, Leibniz afirma, sucintamente, que tudo provem da experiência do mundo. Porém ao mesmo tempo, nada provém: vemos aqui o *entendimento* elevado ao Absoluto, de maneira que este, desvinculado por completo da experiência ou do Real, transforma-se no pilar da submissão da ontologia à Ideia.

¹ Tal divisão teve como um dos primeiros berços a Grécia Antiga, no sistema escravagista das Pólis.

Kant, seu sucessor, aperfeiçoou seu sistema. O idealismo transcendental kantiano considera que as verdades científicas (ou seja, o conhecimento derivado da interação do pensamento e seus instrumentos lógicos com o natural) tinham alcance restrito. Por meio das representações do mundo concreto para nossa intuição sensível (nossos sentidos)- os fenômenos- e apenas delas seria assim possível, pela utilização das Categorias do Entendimento, rumar ao conhecimento (REALE; ANTISIERI, 2005, p. 352-355). Entretanto, dado que a intuição sensível é restrita ao mundo concreto, todo conceito *alheio* a ela é inapreensível, podendo existir ou não. Estas seriam as controversas “coisas-em-si” (ou númenos), a região limítrofe de nossa incursão epistêmica (LEFEBVRE, 1991, p. 220). Se a divisão fenômeno/númeno é algo pertencente ao objeto material, sendo apenas uma divisão epistemológica, ou se ela ocorre a nível metafísico, aonde a Natureza seria constituída apenas de fenômenos, estando, se existirem, os númenos alheios ao Universo, é questão de intenso debate.

O que importa para nossa análise é salientar que, embora Kant considerasse certa concepção *progressista* do conhecimento, aonde, ao refinar o entendimento humano (aproximando-o da Dedução Transcendental), poderíamos compreender cada vez mais o fenômeno, sua ontologia e epistemologia caem nos inadiáveis erros da metafísica idealista. Postulando, aos moldes de Leibniz, que o Entendimento é alheio à experiência, sendo algo inato ao e *incompreensível* ao Homem, há a elevação banal deste para categoria de Absoluto (*nise ipse intellectus*), com a subordinação consequente da ontologia ao Sujeito, este o agente ativo em interação com a *passiva* Natureza. No campo epistemológico, ocorre a recorrente inacurácia idealista quanto à inversão do processo de conhecimento: A Verdade sobre o Real e sua lógica interna já estaria majoritariamente acabada pela ciência de sua época (LEFEBVRE, 1991, p. 93), com a física Newtoniana e a matemática de Euclides sendo, para Kant, exemplos máximos de sínteses finais nas áreas da Física e da Matemática, respectivamente. A experiência, por outro lado, seria mero apêndice do conhecimento, dado que a noção básica de toda a estrutura da Natureza (ou seja, suas leis) já estaria *inicialmente presente* na mente humana, embora na forma de conhecimento *a priori* derivado da metafísica. A função da experiência seria, então, elevar do estado de *potencialidade* tal conhecimento inato, deixando-o às claras vistas.

A conclusão é dupla: ignora-se o conhecimento como *fato* oriundo da interação constante entre Homem e Natureza, colocando-o como algo em última instância independente, fora do Real. Dessa forma, a causalidade é substituída pela tautologia ², só

² Na lógica, aquilo que é verdadeiro sob qualquer interpretação, uma obviedade.

que, no caso do sistema kantiano, a concepção de Deus como causa final torna-se oculta³. Além disso, a negação do tempo tira a historicidade infinita do saber, alocando-o à artificial sincronia de que o conhecimento possui *fim*, podendo ser categorizado para sempre após uma síntese final (cf. ENGELS, 2015, p. 68 e 118-119).

Não de maneira inesperada, as premissas epistemológicas imobilistas do idealismo transcendental ruíram por auto-sabotagem quando, nem cinquenta anos após a morte do autor, a ‘perfeição’ da Matemática Clássica e da Física Newtoniana foram solapadas pelas descobertas tanto de Riemann - que levariam à Geometria Não-Euclidiana- como de Plank e Einstein -culminando mais tarde na Mecânica Quântica e Relatividade Geral.

Por outro lado, a convicção vista na epistemologia kantiana, ora maior, ora menor e algumas vezes inexistente, na eficiência dos instrumentos do pensamento em aguçar a aproximação da Verdade é, em grande parte, o que diferencia -dentre os idealistas- aqueles *objetivos* dos *subjetivos*.

Desta forma, o idealismo objetivo é definido, para Lefebvre (LEFEBVRE, 1991, p. 54), como as correntes filosóficas que dão certo valor a nossos métodos e instrumentos de conhecimento, cedendo validade, ainda que parcial, ao conhecimento derivado do entendimento humano. Kant, Leibniz, Hegel, Descartes e a grande maioria dos filósofos da tradição idealista pertencem a essa corrente. O idealismo subjetivo, por outro lado, é geralmente solipsista, sendo caracterizado pela total descrença na capacidade humana de chegar-se à Verdade, com o *motto* de que todo ‘conhecimento’ é meramente construção artificial, subjetivismo específico da interpretação de cada ser.

Exemplo clássico, e talvez mais radical do idealismo subjetivo seja o de Berkeley. Negando completamente a *própria existência* do mundo sensível, o idealismo do filósofo é o resultado da mais aguda divisão bestial provocada pela Metafísica. Longe de apenas reconhecer, como os metafísicos tradicionais, que Sujeito e Objeto são fundamentalmente opostos e irreconciliáveis, Berkeley *nega por completo* o Objeto, afirmando que toda a Realidade concreta é fruto da mente, e apenas dela (LEFEBVRE, 1991, p. 246). Dessa forma, a matéria e o mundo seriam meros simulacros produzidos por nossos pensamentos, sendo a própria existência sensível do próximo um mero delírio⁴.

Como veremos a seguir, há convergência, ainda que pontual, entre idealistas objetivos e materialistas quanto ao “problema” do conhecimento.

³ Reintroduzida, contrariando suas Antinomias da Razão Pura, em sua *Crítica da Razão Prática* sob o formato do Imperativo Categórico.

⁴ Há um quadro clínico na psiquiatria chamado de “Síndrome do Solipsismo”. Nele, o paciente, geralmente como resposta a períodos longos de isolamento, sente que o mundo externo é apenas um produto de sua mente. Nítido fica o grau quase *patológico* da metafísica extremada.

O IDEALISMO OBJETIVO E SUA IMPORTÂNCIA

Descartar algo, completa ou parcialmente, apenas por seu autor pertencer ou não à corrente idealista seria, no mínimo, paradoxal frente à nossa tentativa de abordagem dialética da Filosofia. A supressão (*Aufhebung*) tem como pilar central a eliminação objetiva, racional da porção contraditória e insuficiente dos fatos, acatando, assim, todo e qualquer benefício ou acerto proveniente de algum sistema de ideias.

Dado que ‘materialismo’ não é sinônimo de ciência ou verdade, o contrário é válido também para o idealismo. De fato, “na verdade, e muito ao contrário, os "sistemas" idealistas foram frequentemente muito mais ricos, complexos e repletos de conteúdo vivo que as doutrinas materialistas. Os instrumentos mais penetrantes do conhecimento foram forjados por idealistas, no seio de doutrinas idealistas” (LEFEBVRE, 1991).

A título de exemplo, é oportuno citarmos brevemente um caso concreto. Descartes, como *cientista*, tomou postura plenamente materialista, com descobertas inestimáveis nos ramos da refração, fisiologia, álgebra e geometria analítica. Como filósofo, inferiu a base de sua ontologia na teoria das substâncias, dividindo claramente sua *res extensa* (tudo que possui extensão; concreto) da *res cogitans* (dimensão do pensamento; espírito). Metafísico por essência, ao alocar toda sua contribuição científica à figura de teológica de *Deus*, Descartes assume posição claramente idealista. Entretanto, isso não modifica o *escopo* de sua contribuição ao Conhecimento, muito maior e relevante do que, por exemplo, seus críticos contemporâneos mais ferrenhos, como o convictamente *materialista* Pierre Gassendi. Este, embora correto em cada objeção postulada ao Dualismo cartesiano das *Meditações*, não alcançou na história a relevância científica tal qual seu rival.

Consequentemente, visto que o Conhecimento não pode *deixar* de desenvolver-se dentro de sistemas idealistas, apenas reafirmamos a máxima de Hegel e Marx, aonde o Homem desenvolve-se mesmo através de sua *alienação*. Logo, sem nunca abandonar uma perspectiva crítica em relação ao idealismo -caindo assim no erro do ecletismo- a abordagem dialética materialista de certa forma *reabilita*-o, transformando-o de falsidade absoluta à falsidade relativa. Integra-se, assim, seu *conteúdo* pela junção entre idealismo objetivo e materialismo aprofundado, superando-se, por conseguinte, qualquer unilateralidade.

Lênin, em seu “Materialismo e Empiriocriticismo” (influenciada pelo *Anti-Düring* de Friedrich Engels), expõe de maneira solar os princípios da supressão nas ideias:

O idealismo, no sentido filosófico do termo, é apenas tolice do ponto de vista de um materialismo grosseiro, simplista, metafísico. Ao contrário, do ponto de vista do materialismo disciplinado pela dialética, o idealismo filosófico é um crescimento unilateral, uma excrescência, uma superfetação, um dos traços ou uma das facetas do conhecimento, que desemboca, por exagero, no absoluto (...). O Conhecimento do Homem não se processa em linha reta, mas em uma curva que se aproxima sensivelmente da espiral (LENIN, 1946, Suplemento ao § 1 do Capítulo IV).

O MATERIALISMO E SUAS FORMAS

Em oposição histórica à corrente idealista, o materialismo considera a Natureza como elemento primordial do conhecimento e da ontologia humana. Não alocando este papel ao Espírito (ou outro tipo de Absoluto), filósofos da corrente materialista tem a premissa básica de que a Natureza *antecede o Homem*, e não o contrário- como é visto no idealismo tradicional. A única propriedade filosófica que define o materialismo é o fato de que a matéria existe *fora* de nossa consciência, *antes* de nós, e *independente* de nós (qualquer que seja essa existência). Desta forma, é de se esperar que o materialismo como corrente pura, desassociado de qualquer resquício idealista, seja fato raro até o advento da lógica científica como tal, no séc. XVIII.

Embora seja impossível traçar uma divisão nítida entre ambas as correntes em nossa análise da História das Ideias (fazê-lo seria incutir em idealismo vulgar, ou seja, forçar a complexidade do Real para dentro de algum molde prévio do pensamento abstrato), podemos com clareza delimitar *gradações* entre ambas, aonde filósofos pretéritos são *majoritariamente* idealistas ou materialistas. Além do mais, exigir que o atomismo de Demócrito no séc. IV A.C., por exemplo, não pudesse afirmar a errata de que os átomos são indivisíveis -como o faz- para ser classificado como materialista é, no mínimo, utópico e não dialético de nossa parte: um fruto do vício sempre à espreita do anacronismo. A classificação do pensamento deve ser feita, obviamente, sempre em relação à seu *período histórico correspondente*.

O pai, e talvez mais antigo expoente do materialismo é, sem dúvidas, o supracitado Demócrito. Influente transcendental de todos os pensadores com o mínimo interesse pela objetividade do conhecimento, o pensador grego teve como cerne de seu ideário o Atomismo, que alocava, de maneira inédita, a causalidade de todo o universo a algo pertencente à Natureza: o indivisível – e independente da Ideia- átomo. Esta foi a primeira e mais influente tentativa de uma explicação materialista da ontologia, ou seja, de explicar a

natureza *do real* e da *existência* sem apelar à teleologia⁵. Longe das consequências óbvias do atomismo, o pensamento de Demócrito, junto ao do posterior e discípulo Epicuro, foi crucial no processo de elevação do Homem quanto à Natureza.

Objetivo epistêmico final do pensamento de Demócrito, a causalidade (*αἰτιολογία*) seria por ele descoberta. Tornar-se-ia a base do materialismo: vulgar, ou dialético.

MATERIALISMO METAFÍSICO, MATERIALISMO MODERNO

Meramente invertendo os polos idealistas da supremacia do Sujeito perante o Objeto, o materialismo vulgar ou metafísico eleva não o Espírito nem o Pensamento à categoria Absoluta: ele o faz com a própria Natureza. Negando em seu extremo qualquer possibilidade de livre-arbítrio, esta alocação mecânica da causalidade para o Ser Histórico teve efeito, na prática, apologético à Sociedade Burguesa do séc. XIX. Através das inúmeras deturpações da teoria darwinista da Evolução tentou-se -pela transposição crua do método das Ciências Naturais- a transformação da Sociedade (e consequentemente do Homem) em um objeto regido por leis exatas, obtidas através do indutivismo empírico e com previsibilidade tal qual um corpo físico newtoniano. Negava-se qualquer possibilidade prática de mudança do real, seja direta ou indiretamente. Pela *parcial* oposição ao idealismo, o materialismo vulgar incorporava ao fim sua teleologia. Os Físicos Sociais louvavam Lamarck e sua ortogênese⁶ vulgar, achando que, na verdade, ao fazê-lo seguiam perfeitamente a teoria de Darwin.

Seja em Morgan, Tylor, Ritter, Comte, Freud, Durkheim ou até mesmo parcialmente Hegel, o determinismo positivista mostrou suas facetas, sendo o *motto* do século retrasado. A resposta brutal ao idealismo deu-se -como seria de se esperar pelo período histórico- apenas na troca de sinais no vigente divórcio entre Natureza e Homem. Substituindo a teleologia *divina* pela *natural*, o materialismo vulgar manteve intacta a metafísica dominante dos últimos dois séculos. Sai-se do fenomenalismo para o epifenomenalismo⁷:

O materialismo vulgar responde negando o "eu", a consciência, a atividade humana; levando ao absoluto constatações de detalhes (por exemplo, os reflexos), sai desse círculo vicioso da consciência, mas para renunciar à

⁵ Explicação da natureza em termos de propósito, princípio diretivo ou causa final.

⁶ Hipótese na qual a vida teria uma propensão *natural* a evoluir de modo linear, para um determinado fim. Essa 'teleologia biológica' guiou o materialismo metafísico do séc. XIX.

⁷ Visão filosófica que interpreta o pensamento, a mente e o arbítrio humano como consequência causal de funções fisiológicas. A consciência seria irrelevante para a ação humana, já que agiríamos como *autômatos* seguindo leis bioquímicas, sem chance de mudar *ativamente* o real.

consciência, que, na opinião dele, continua a ser um círculo vicioso! (LEFEBVRE, 1991, p. 66).

Insuficiente e repleto de problemas, o materialismo vulgar foi um começo. Reconhecendo a historicidade do conhecimento e a *naturalidade* do Homem (negando-se avidamente sua origem mística-teológica), ele, por mais que apologética à Ordem Social Capitalista, foi fato imprescindível rumo à apreensão processual do real.

O materialismo moderno -ou dialético- *ultrapassa* o mecanicismo exposto acima, já que considera a oposição vulgar ao idealismo como mero duelo de opostos *internos à Metafísica*. Considera a consciência como real, *objetiva*, uma realidade que não pode ser isolada da história, do organismo e da Natureza, sendo impossível sua subordinação, por qualquer lei absoluta, a uma dessas características. Afirmando, assim, que o Homem é um produto da Natureza e ao mesmo tempo *diferente* dela, o materialismo dialético define-se não pela afirmação superficial da mera existência da Matéria, e sim pela *anterioridade* do Ser em relação ao Pensamento, o que implica na anterioridade da Natureza em relação ao Espírito, do Corpo à Consciência, do *conteúdo* em relação à *forma*. Ele supera a Metafísica, reconciliando a Natureza e o Homem por um laço *metabólico* e indissolúvel. A relação entre os pares dialéticos são assunto *não* à Filosofia especulativa, e sim ao conhecimento científico (LEFEBVRE, 1991, p. 87-88).

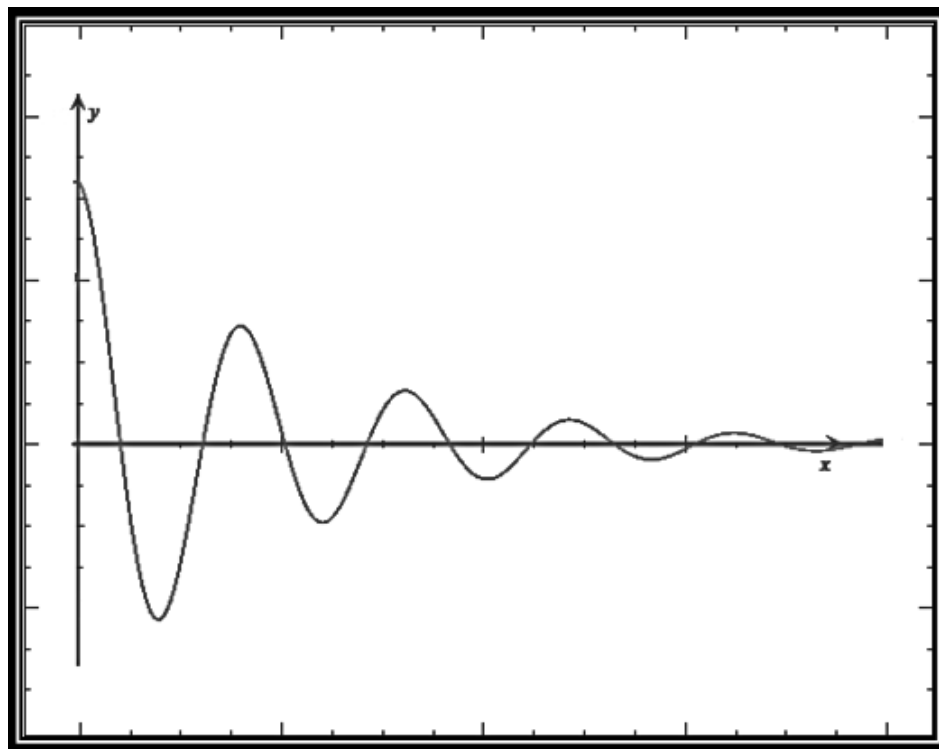
Na sua abordagem epistemológica, o materialismo dialético não considera a percepção humana como representação plena da realidade. Pelo contrário, há o reconhecimento da inconsistência entre o que é sensivelmente capturado pelo pensamento, a forma, e a essência do que se deseja apreender, o conteúdo. Mas, diferentemente do que afirmam os Idealistas, essa discrepância não significa que o conhecimento torna-se inatingível ou alocado a algum plano transcendente. O conhecimento é *objetivo*, um fato concreto. Mas a noção de conhecimento *pleno*, absoluto, esta sim é considerada escolástica, já que perpetua sob a égide da [falsa] Verdade uma porção do real, extirpando-o do Tempo e cessando toda e qualquer interação desta com a Natureza. Ao fazê-lo, cai-se novamente na Metafísica, aonde instantaneamente a fração do conhecimento elevado transforma-se em falsidade.

Desta forma, o conhecimento só pode ser forjado, e *mantido*, pela constante e incessante interação com o real, do Sujeito com o Objeto, sem nunca ceder ao imobilismo de modelos ou teorias autocontidas. Jamais encontrando este real em sua totalidade, ele, entretanto, *cruza-o* sempre momentaneamente, com frequência diretamente proporcional ao progresso e acúmulo científicos. Ele surge pelo embate contraditório entre opostos, pela

tentativa e pelo erro, pela *gradual*, *progressiva* e *infinita* acumulação de ‘*grãos de verdade*’. Partindo da ignorância e chegando através do processo histórico à Ciência, a chave do conhecimento é a mesma do Real que o contém: o *movimento* (LEFEBVRE, p. 81, 163, 285).

Em síntese, a epistemologia materialista dialética supõe: um objeto, matéria real penetrada progressivamente, e um sujeito, ser no qual suas percepções em relação ao objeto correspondem a ele de modo *mais* ou *menos* exato; que o Ser Humano é um sujeito-objeto, ou seja, sendo tão matéria quando o Natural, pode analisar a si mesmo por diretrizes igualmente científicas; Sujeito e Objeto, Pensamento e Matéria, Espírito e Natureza são ao mesmo tempo *distintos*, porém *ligados*, lutando perpetuamente dentro da Unidade que constituem. Inferir sobre a relação entre os pares seria trabalho, como já dito, da Ciência, e não da especulação.

Finalmente, para iluminar quaisquer incertezas, certo simbolismo é útil. Em princípio estranha, a ideia de Engels e Lênin de que o processo do conhecimento *nunca* atinge o real, sendo constituído pela soma de *grãos de verdade* oriundos da relatividade, aproximação e até mesmo erro, pode ser exemplificada de forma matemática. O gráfico da sinusóide amortecida abaixo é deduzida de $f(x) = a \cos \frac{x\pi}{\omega}$, pela multiplicação de $f(x)$ pelo fator de amortecimento e^{-mx} .



Fonte: LEFEBVRE, H. *Lógica Formal e Lógica Dialética*. 1991, p. 285.

A curva representaria o pensamento pretérito que, por aproximações, erros relativos e contradições pontuais se aproxima do Real, atingindo-o apenas no infinito. Entretanto, os pontos de intersecção da curva no eixo das abscissas representam os *grãos de verdade* que o pensamento intercepta em seu movimento. Seriam estes, de certa forma, *parte* da Verdade. Igualmente digno de nota é a margem de erro das inferências-representada pela distância da curva em relação ao eixo X- diminuir de maneira proporcional à extensão da de $f(x)$. Assim, com a passagem da História, tendemos a nos aproximar *cada vez mais* do Real.

Temos, por hora, suficiente domínio a respeito do duelo histórico interno à metafísica entre idealismo e materialismo vulgar, assim como o posicionamento do materialismo dialético frente a ele. Podemos agora analisar de que maneira este embate mostrou-se no núcleo da tão-recente Geografia, com todas as suas particularidades.

GEOGRAFIA E FILOSOFIA

Nascida no berço do idealismo Alemão, a Geografia tem origem intimamente próxima ao pensamento filosófico. Inaugurada por Kant, passando por Herder, Humboldt, Ritter, Hegel e Ratzel, as bases de toda Geografia surgiram ao longo do século XIX e começo do XX. Desnecessário afirmar a relevância filosófica de nomes como Kant e Hegel, é notável o fato de que eram também Humboldt e Herder, antes de tudo, igualmente filósofos. A origem da Geografia tem, por essência, o encarniçado debate contingente ao idealismo objetivo entre o Empiricismo de Kant e o Racionalismo hegeliano. Frente a isto, é no mínimo *curiosa* a atual relação (ou melhor, *a falta dela*) entre a o campo da Filosofia e a Geografia.

Praticamente inexistente, a interação entre ambas as áreas, quando ocorre, é hostil. De maneira reativa à indiferença quase absoluta dos filósofos frente à Geografia, os geógrafos fazem pior, não apenas *retribuindo* a atitude, como afirmando em plenos pulmões a *inutilidade* da reflexão filosófica, “abstrata” demais para os nuances da realidade:

A maior parte dos geógrafos teoriza o menos possível e se satisfaz afirmando sem nenhum pudor, que a “Geografia é uma ciência sintética” (...). Muitos geógrafos não escondem seu desprezo pelas “considerações abstratas” e fazem disto um *mérito*, declarando sua predileção pelo “concreto” (LACOSTE apud QUAINI, 1979, p. 25).

Ao analisarmos, desta forma, a assim chamada *Crise* da Geografia Moderna-especialmente os apêndices de sua resultante “Nova” Geografia, como a hegemônica

Geografia Pragmática- chegamos cada vez mais à solar conclusão de que as raízes do problema são profundas. A falta de reflexão epistemológica (para nem tocarmos na *ontológica*) é esmagadora, explicando, se não completa pelo menos parcialmente o distanciamento e atraso da Geografia em relação às outras Ciências Humanas e Naturais. O precário domínio tanto na elaboração como no uso dos mais básicos instrumentos lógico-reflexivos explica o porquê de o debate geográfico ter por tanto tempo apenas oscilado, de maneira pendular, entre *Determinismo* e *Possibilismo*.

Tentaremos nas seguintes páginas elucidar, assim, um *paradigma inicial* para a compreensão da Filosofia da Geografia, baseando-nos nas já expostas categorias de análise do pensamento filosófico trabalhadas por Lefebvre, Lênin e Engels.

KANT E HUMBOLDT: a escola kantiana

Kant é considerado o criador da Geografia Moderna. Não por acaso, foi o primeiro a lecioná-la como disciplina e a tentar sistematizá-la, sendo o seu curso de *Geografia* um dos mais populares da Universidade de Königsberg. Diferentemente da sua *Razão Especulativa* exposta na *Crítica da Razão Pura*, para Kant a Geografia seria parte da *Razão Prática*. A Geografia kantiana não exclui a questão humana. Vista como duas partes constituintes de um todo, o conhecimento do mundo-*Weltkenntis*- para Kant era composto tanto pelo conhecimento da Natureza (a Geografia, que estudaria aquilo disponível à sensibilidade; ou seja, a superfície terrestre), tanto pelo conhecimento do Homem (a Antropologia). Inicialmente a disciplina de Antropologia era, assim, parte integral do curso de Geografia.

A metafísica da Geografia kantiana era aguda. Longe de estar em patamares iguais de relevância, a Natureza estaria *subordinada* ao Homem, de forma que sua disciplina de Antropologia explicaria as questões *internas* ao Ser, enquanto a Geografia analisaria o mundo *exterior*. A subordinação é vista no argumento claramente teleológico de Kant, que aloca a própria causa de existência do natural como o Homem. O Ser Humano seria o fim da Natureza, e a Natureza existiria *para* o Homem (ELDEN, 2011, p. 6). O Espaço (visto como separado do Tempo, ou seja, da História), sendo um *a priori*, não poderia ser alvo de estudo por outro instrumento que não fosse a Razão. Com a Natureza pertencendo e só podendo existir neste Espaço, a causa final de toda análise empírica da Natureza ou do Homem recai, inevitavelmente, sobre os instrumentos do pensamento apriorísticos do *próprio* Homem. O Estudo do Espaço em si não é algo visto como atingível pelo conhecimento empírico. Assim, de maneira análoga a sua descrição de método mais acima,

o conhecimento do Real toma a experiência como mero apêndice, dado que seu fundamento epistemológico é em algo à última consequência inatingível *pela própria* epistemologia: o entendimento humano. Por outro lado, já que considerava a experiência como *necessária* para florescer o já inato [em potencialidade] conhecimento *a priori*, quando comparado ao outro espectro do idealismo Alemão que veremos adiante, o Hegeliano, Kant aproxima-se muito mais do campo empirista (inegável influência de Hume) comparado ao exacerbado Racionalismo Absoluto do Método-Histórico.

A *posteriori*-por conseguinte-, a análise da Geografia e da Antropologia se ditaria como em qualquer ciência na filosofia kantiana. A tentativa de unificação do conhecimento -elevando-o assim à Categorização universal- mostra o ambicioso, a-histórico e cosmopolita projeto kantiano com o *Weltkenntis*: o conhecimento geográfico e antropológico adequado proveria todas as condições necessárias do conhecimento prático de todo o Mundo (HARVEY, 2000, p. 3).

Indo, entretanto, um pouco além de seu conteúdo teórico, vemos a inegável influência do determinismo geográfico de Montesquieu em seu *Curso*. Resistindo ao erro do anacronismo, é, entretanto, notável o teor preconceituoso de seus textos em relação a outros povos. Prevendo o Evolucionismo Linear-tendo ao menos superado o poligenismo⁸, o teor das afirmações de Kant é exemplificado, não havendo a necessidade de complemento, por suas *Notas* (guia do seu curso de Geografia):

Em países quentes o homem amadurece mais rápido em todo aspecto, mas eles não atingem a perfeição das zonas temperadas. A Humanidade atinge a maior perfeição com a Raça Branca. Os Índios amarelos tem de certa forma menos talento. Os Negros são muito mais inferiores, e alguns povos das Américas estão muito abaixo deles (KANT, 1999 apud HARVEY, 2000, p. 4).

Finalmente, não apenas a noção acima é contraditória com o seu *cosmopolitismo* filosófico. A ponte deficitária entre seu pensamento teórico e sua razão prática na Geografia é vista, também, em seus princípios metodológicos. Tentando alçar o campo da Geografia não apenas à Ciência, mas como a Ciência de toda natureza terrena, seu método de apreensão sistemática das características físicas da Terra é contraditório. Buscando como fim a descoberta de leis gerais, Kant propunha que o estudo do terreno, solo, fauna e flora deveria se dar apenas de maneira *regional*. A inferência sobre Leis seria, em primeira instância, apenas válida em cunho local. Mas Kant não deixa claro como fazer o salto do particular ao universal, indagando de maneira frustrada se até mesmo seria possível o descobrimento da causalidade em pequena escala: “A organização da natureza não tem

⁸ Concepção pré-evolucionista que considerava as diferentes raças humanas não-brancas como *animais*, alheias -e inferiores- ao *Homo Sapiens*.

nada de análogo a qualquer causalidade conhecida para nós” (KANT, 1999 apud HARVEY, 2000, p. 5).

Os escritos de Kant sobre a Geografia não tiveram influência tardia. Profundos estudiosos da filosofia kantiana, os irmãos Humboldt tiveram resquícios do método Idealista Transcendental em quase todo seu trabalho. Alexander Von Humboldt, o irmão mais novo, empreendeu a mais gloriosa e colossal tentativa de utilizar a concepção de Kant sobre o conhecimento geográfico. Por meio da constante experimentação regional, em busca de uma síntese absoluta e integrada do entendimento da Natureza, escreveu seu *Kosmos* (1845), um catálogo enciclopédico de todo conhecimento coletado em suas viagens pelo mundo, como Naturalista. Seus achados quantitativos praticamente criaram a biogeografia, com a sua ideia de medição geofísica em longo prazo ter lançado as bases da meteorologia e do monitoramento geomagnético.

Humboldt conseguiu *transcender* e sistematizar de maneira notável as inferências kantianas sobre o estudo da Natureza, estas caóticas e muitas vezes conflitantes. Um verdadeiro produto do Renascentismo tardio (HARVEY, 2000, p. 18), Alexander conseguiu, tanto por seu enciclopedismo como por sua paixão, unificar o Humanismo com a Geografia, chegando, talvez, mais perto do cosmopolitismo do que o próprio Kant. Obviamente, Humboldt não esteve isento do eurocentrismo histórico da época, período o qual, em grande parte, provou-se também como cova de seu natimorto *Kosmos*. Ao longo de todo século XIX, a compartimentalização disciplinar nas Universidades tomou guinada exponencial. Dada à necessidade de atender rapidamente os interesses dos Estados imersos no imperialismo, apenas o conhecimento coletado e utilizado com propósitos administrativos, seja ao Estado, seja à Indústria, eram aceitos à institucionalização. Assim, a visionária obra de Humboldt foi descartada antes mesmo de estar completa, *curiosamente* sepultada pelas mesmas diretrizes de Ensino cunhadas por seu irmão Wilhelm, o criador da Universidade de Berlim. A Geografia então abandona forçadamente seu protótipo projeto interdisciplinar, unificador e totalizante.

Mas, não apenas por fatalidades históricas fora a obra de Humboldt sepultada. Partindo do idealismo objetivo de Kant, Alexander acatou a premissa da separação metafísica entre Tempo e Espaço. Assim, mostrando pouco se não nenhum interesse na *dinâmica* do real, afirmava sem hesitar que os mistérios não resolvidos do *desenvolvimento* (Natural ou Humano) não eram pertencentes ao campo da observação empírico-científica. Apenas o estado atual (sinônimo de *final*) da realidade poderia ser analisado. Erro homólogo à vulgata kantiana no campo da Física e da Matemática, a indiferença frente à

processualidade e ao tempo foi solapada por Darwin, com *A Origem das Espécies*. A partir de então - e por um longo tempo como veremos -, a evolução e a noção de processo ganharam precedência sobre a forma e o padrão (HARVEY, 2000, p. 19).

Por fim, o *método kantiano*, representado por Kant e refinado por Humboldt, ficou circunscrito ao limite de sua base ontológica: o idealismo Transcendental. Sua metafísica, claramente vista na divisão entre Razão e Experiência, Natureza e História, Sujeito e Objeto, Espaço e Tempo, transforma em puro mecanicismo as relações entre o homem e o meio ambiente, ofuscando seu projeto de enciclopedismo geográfico. Mais um homem prático do que um teórico, Humboldt veria sua antítese no igualmente alemão Ritter, com o qual divide até o hoje a posição de fundador da Geografia.

Assim, o vício máximo da *síntese absoluta* do Real –seja pela negação ou incorporação vulgar do *processo*– levou a Geografia hora para o determinismo geográfico “causal”, hora para o semi-teológico. A teleonomia⁹ permeou o embate do século XIX. Com Hegel, o idealismo conseguiu, assim, incorporar o *tempo* em seu modo de pensamento geográfico, utilizando-se da concepção racionalista ritteriana. Mas, pouco se alterou de suas bases ontológicas.

RITTER, HEGEL E O MÉTODO HISTÓRICO

Carl Ritter era um teórico. Um resquício anacrônico do Romantismo Alemão, Ritter era antes de tudo um Filósofo e Historiador, tendo como habitat natural uma cátedra universitária, e não as perigosas e desconfortáveis expedições ao redor do Novo Mundo. Não apenas de espírito, Ritter era oposto à Humboldt também em *método*. A explicação inicial da discrepância está em sua concepção quanto à Geografia: longe da perspectiva universalizante do método kantiano, o método *comparativo* de Ritter enxergava o objetivo da Geografia na descrição das *regiões*. Pela coleta minuciosa de detalhes quanto à paisagem (conceito o qual chegou muito perto de descrever) -que considerava ser o elemento indivisível da Ciência Geográfica- o objetivo de seu método era a categorização precisa da Terra em regiões com fontes intrínsecas de *coerência*. Tais regiões formariam, mais tarde, o grau mais elevado de categorização dos continentes.

Sua *Magnum Opus*, “*Die Erdkunde*” (tradução literal do alemão como “Geografia”) ou “*O Método Comparativo*”, foi uma colossal obra de mais de vinte mil páginas, tentando descrever e categorizar todo o terreno global pelos relatos de viajantes. Repleta de um

⁹ Teleologia aplicada à matéria viva; busca da finalidade no campo biológico.

providencialismo¹⁰ vulgar, nela considera-se o Homem como “obra máxima” do “Criador”, sendo a Terra meramente o seu “Teatro de desenvolvimento histórico” e a fauna e flora nossos apêndices teleológicos. O que nos interessa, entretanto, é a abordagem inovadora de sua descrição da paisagem. Longe de ser apenas topográfica ou física, a paisagem de um determinado ambiente era caracterizada pelo clima, a vegetação, animais, e, *finalmente*, o homem e sua *relação histórica* com os elementos naturais. Advogando que a Geografia deveria compreender não apenas *como* o Homem influencia o espaço em que vive, mas, como é influenciado por *ele*, Ritter é pioneiro na análise histórica das regiões. Ao fazê-la, seu objetivo era localizar seu período de maior desenvolvimento populacional, já que neste, acreditava –e aqui sem dúvidas inspirado pelo evolucionismo linear- era aonde se dava a mais aguda *harmonia* entre a cultura e a natureza. Logo, seu método comparativo não apenas categorizaria o mundo, como estudaria a *História* de tais regiões particulares. Desta forma, é por meio da *historicidade* que observamos a influência do método comparativo no filósofo hegemônico do séc. XIX, além do ponto de oposição à Kant-Humboldt.

G. W. F. Hegel não só admirou abertamente o *Erdkunde*, como utilizou as descrições topográficas nele contidas para fundamentar o modo de expressão de seu *Weltgeist*, o “Espírito do Mundo”. Sinônimo de “História” para Hegel, o *Weltgeist* expressaria sua totalidade através dos particulares ‘Espíritos dos Povos’, os *Volksgeist*, que, sem contato entre si, só teriam como suporte de desenvolvimento o natural. Assim, a interação entre Espírito e Natureza não só *faz* como *seria* a própria História. Tal relação entre Ambiente e Homem seria regida pelas leis da *Dialética*. Esta Unidade acarreta em visíveis problemas quanto à liberdade da vontade humana:

Na medida em que não é livre e é um elemento natural, o homem se diz sensível- e o sensível se divide em dois aspectos, o da naturalidade subjetiva e o da naturalidade exterior. Este é o aspecto geográfico, que pertence à natureza exterior (...). O que importa é conhecer não o solo como lugar extrínseco, mas o tipo natural do local, que coincide exatamente com o tipo e com o caráter do povo que é o filho de tal solo (HEGEL, G.W.F. apud QUAINI, 1979, p. 31).

Assim, sem dúvidas um avanço revolucionário para a apreensão processual do Real, a pouco aprofundada Geografia Hegeliana não fora isenta de problemas. Em última instância, sua Filosofia da História, embora reconciliasse o Sujeito com a História, tinha como pilar um determinismo geográfico latente, dado que, dependendo da região habitada pelo *Volk*, seu caráter, história e própria elevação técnica em relação à natureza seria quase um *a priori*, controlável apenas pela abstração da Ideia. Curiosamente, por outro lado vemos que o *clima ideal* para o desenvolvimento do Espírito da História seria o temperado, e o

¹⁰ Ideia de que Deus é o verdadeiro protagonista da História, sendo o Homem apenas seu objeto de ação.

terreno, àquele idêntico ao do Velho Mundo! A Dialética do *Weltgeist* transmuta-se na histórica etnocêntrica da sociedade ideal: A Burguesa.

O embate contingente ao idealismo objetivo resulta assim no esquecimento pontual de Kant e Humboldt. A Epistemologia que mais conseguiu alinhar-se aos interesses do Estado foram as que ganharam *hegemonia* nas Instituições. Embora ontologicamente ainda restrito ao irremediável Absoluto, o Método Histórico da Geografia mostrou-se como o sistema de ideias mais apto, por um curto período de tempo, às necessidades históricas do Capital. Ainda necessária à justificativa *civilizatória* para ampliação de mercados, agora a expansão Imperialista defrontava-se com a necessidade de explicação *objetiva* do Real—algo que a Dialética Transcendental de Hegel não tinha proficiência, dada sua raiz filosófica.

A resposta viria na forma não apenas de outro método, mas por outra necessária *ontologia*. O embate pela supremacia ideológica na Geografia seria agora alçado para fora do idealismo, permanecendo, por outro lado, ainda na *segura* esfera Metafísica.

MATERIALISMO METAFÍSICO: entre possibilismo e determinismo

A predominância do materialismo metafísico na Geografia começa com Ratzel, sobrevivendo à Renovação da Geografia e encontrando abrigo hoje sob a Geografia Pragmática. De particularidades extensas para este trabalho, o processo acima pode ser sintetizado na ‘*Renovação*’ não da Geografia, e sim do positivismo. Passando pela vulgata ortogênica do “Estado Orgânico” ratzeliano, ao possibilismo geográfico sincrônico de La Blache e culminando no neopositivismo Pragmático, a Metafísica mantém-se ainda como base ontológica da Geografia.

Certamente um avanço, o rompimento com o idealismo deu-se parcialmente, sendo completado apenas pela minoritária Geografia Crítica. A separação entre homem e meio ambiente é não só catastrófica, como *necessária* ao fetichismo Capitalista, que vê na Natureza nem História, nem Dialética: apenas Objeto passivo. Resulta isto na transformação da Geografia em mero *instrumento* político-econômico de uma classe, lei esta apenas atualizada para o Mundo Moderno com a “Revolução Quantitativa”. Os históricos e encarniçados debates ‘metodológicos’ da Geografia provam-se majoritariamente infrutíferos, já que expressam a total incompreensão da raiz *ontológica* do problema:

A Geografia revela ainda hoje uma alma dualista: oscila, continua oscilando entre determinismo e possibilismo, naturalismo e historicismo idealista, entre uma causalidade materialista e um finalismo indeterminado (...) isto é, de um lado, tende-se a considerar como real somente a necessidade ou causalidade material, de outro, considera-se como real somente o finalismo ou a liberdade de

ação humana. São duas soluções que não resolvem a antinomia, mas que a perpetuam, porque é normal que o idealismo traga consigo (mesmo em seu contexto) o seu oposto (o materialismo vulgar), assim como o determinismo, por sua vez, evoque o indeterminismo absoluto (QUAINI, 1979, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto ao longo deste trabalho, a Geografia não conseguiu supracumprir as arbitrariedades metafísicas de seu berço. Mas antes, evadindo o imobilismo negatório do progresso – este o *motto* pós-estruturalista –, é necessário reconhecer o avanço do pensamento geográfico. Sem ter nunca pendido ao subjetivismo solipsista, ele conseguiu superar a teleologia vulgar do idealismo e a ortogênese lamarckista, resultando inclusive em um considerável movimento contra-hegemônico sintetizado pela Geografia Crítica.

Todavia, o resultado da cisão não reparada entre Homem e Natureza cristalizou-se em um mero debate metodológico *contingente* à Metafísica. Do kantismo à Ritter e Hegel, Ratzel à La Blache, Geografia Quantitativa à Sistêmica, *todos* os grandes embates do pensamento geográfico hegemônico oscilaram apenas entre Empirismo e Racionalismo. A assim chamada *Revolução* Quantitativa, ao invés de ter respondido de forma contundente à crise *ontológica* da Geografia, apenas atualizou Comte ao século XX, introduzindo ao campo o neopositivismo.

A reconciliação entre Homem e Natureza -neutralizando enfim a falsa oposição entre Sujeito e Objeto- é tarefa central para o avanço pleno da Ciência. Eis aí importância, se não total, ao menos parcial do materialismo moderno, que coloca a Natureza como a única totalidade, explicando o Mundo a partir do *próprio* Mundo. A Geografia, dado seu ambicioso objeto de estudos, tem e terá papel fundamental na infinita, porém *objetiva* apreensão humana do Real, devendo antes, para isso, sepultar em definitivo, e finalmente, a Metafísica que a rodeia.

REFERÊNCIAS

BOND, Dean W. Hegel's Geographical Thought. **Environment and Planning D: Society and Space**, Toronto, v. 32, n. 1, p. 179-198, jan. 2014. Disponível em: <<http://epd.sagepub.com/content/32/1/179.full.pdf+html>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ELDEN, Stuart. **Reintroducing Kant's Geography**. Albany: State University of New York Press, 2011.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: A Revolução da Ciência Segundo o Senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

———. **Ludwig Feuerbach and the End of the Classical German Philosophy**. Moscou: Progress Publishers, 1946.

HARVEY, David. Cosmopolitanism and the Banality of Geographic Evils. **Public Culture**, Carolina do Norte, v. 12, n. 2, p. 529-564, 2000. Disponível em: <<http://publicculture.dukejournals.org/content/12/2/529.citation>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

HARVEY, David. **Para entender o Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Anthropos, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **New Essays on Human Understanding**. Vol. 2, 2010. Disponível em: <www.earlymoderntexts.com/assets/pdfs/leibniz1705book2.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2016.

LENIN, Vladimir. **Materialismo e Empiriocrítico**. Rio de Janeiro: Calvino, 1946.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: Pequena História Crítica. São Paulo: Annablume, 2007.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 2005. Vol. 4.

SPINOZA, Baruch. **Complete Works**. Indianapolis: Hackett, 2002.